

## Reestruturação produtiva e mercado de trabalho na indústria têxtil catarinense\*

*Isabella Jinkings*

Universidade Estadual de Campinas

### Resumo

A década de 1990 é marcada por importantes mudanças na política econômica brasileira. A adoção de políticas de inspiração neoliberal, que implicam uma indiscriminada abertura do mercado interno ao capital internacional, ocasiona graves conseqüências à indústria brasileira, com repercussão no processo produtivo das empresas. Um conjunto de inovações tecnológicas, organizacionais e gerenciais é adotado nos diversos ramos industriais, em resposta ao contexto de

### Abstract

The 1990s have been marked by important changes in Brazilian economic policies. The adoption of neo-liberal strategies - which implied an indiscriminate opening of Brazilian internal market to the international capital - provoked serious consequences to Brazilian industry and reflected in the productive processes of companies. A number of new technological, organizational and management strategies have been adopted in many segments of industry, in response to the liberalization and

\* Productive restructuring and work market in the Santa Catarina's textile industry

liberalização e desregulamentação da economia. Este estudo é centrado nas singularidades dessas inovações na indústria têxtil de Santa Catarina e analisa o modo-como elas repercutem no mercado de trabalho, bem como nas condições de existência dos trabalhadores. Buscou-se uma articulação analítica entre a indústria têxtil catarinense e as políticas econômicas e sociais dos governos brasileiros nos anos 1990. Nesse quadro o sindicalismo têxtil desenvolve ações defensivas, que não conseguem impedir os efeitos da reestruturação produtiva, lesivos a tantos operários.

**Palavras-chave:** Reestruturação produtiva, indústria têxtil, trabalhadores têxteis.

governmental non-regulation of economy. This paper focuses on the specific case of such a phenomenon in the textile industry in the state of Santa Catarina. It discusses also some consequences for both the work market and the workers' living conditions. In addition, it is tried to associate what happens to the textile industry in Santa Catarina to the economic and social policies of Brazilian government since the 1990s. In consequence, workers unions are trying to develop defensive strategies that, unfortunately, are not capable of preventing the effects of those reforms in production, which are so harmful to workers.

**Keywords:** Productive restructuring, textile industry, textile workers.

### **Introdução: um novo modo de reprodução capitalista**

Foi através de uma combinação de fatores políticos e econômicos que se criaram as condições para a emergência e a expansão de um novo modo de reprodução capitalista. Anderson (1996) aponta a crise do modelo econômico de acumulação de capital instaurado no pós-guerra, baseado no sistema de organização do trabalho e de relações produtivas que se chamou de *fordismo*, como uma condição essencial para a difusão dos princípios e programas econômicos do chamado *neoliberalismo*.

Essa crise, que se desencadeou na primeira metade dos anos setenta, ocasionou uma longa recessão, com baixas taxas de crescimento econômico e altos índices inflacionários, em todo o mundo capitalista avançado. Foi este cenário que favoreceu a propagação do discurso neoliberal contra o Estado intervencionista e de bem-estar social, que seria praticado inicialmente pelos governos de Margaret Thatcher, na Inglaterra, e de Ronald Reagan, nos EUA. Anderson nos mostra como os programas neoliberais foram sendo adotados por diversos Países europeus ao longo dos anos 1980 e depois se estenderiam a muitos Países periféricos.

A receita neoliberal pauta-se na desregulação social e da economia, atacando qualquer limitação dos mecanismos do mercado por parte do Estado e gerando uma situação real de livre acumulação privada de capital. Algumas conseqüências do neoliberalismo no mundo do trabalho são os altos índices de desemprego, a informalidade no trabalho e o agravamento dos níveis de pobreza. Portanto, por um lado o Estado se exime de seu papel de desenvolvimento social e de promotor de serviços públicos e, por outro, mostra-se fortalecido ao implementar políticas de interesse do grande capital transnacional e ao incrementar seu aparelho coercitivo.

Neste contexto, se assiste à desestruturação de parques industriais inteiros nos Países periféricos, que não se mostram capazes de atuar de acordo com as novas regras de competitividade impostas pelas grandes corporações transnacionais, que adquiriram papel preponderante nesta “nova ordem mundial”.

Quanto aos Países subdesenvolvidos, passam a ser vistos como simples reserva de força de trabalho barata e de matérias-primas, como assinala Chossudovsky (1995). Além disso, mantêm-se como mercado consumidor dos produtos industrializados produzidos pelos Países centrais.

Em relação ao processo produtivo industrial, as transformações nas formas de acumulação do capital em escala internacional supõem modificações significativas nos processos produtivos e nas condições de reprodução da força de trabalho. Segundo Harvey (1993, p.140), foi no período de 1965 a 1973 que o fordismo e o keynesianismo mostraram-se incapazes de conter as contradições capitalistas. Assim, transitamos na atualidade para um modo inédito de reprodução capitalista.

A forma de organização produtiva que predominou na indústria no decorrer deste século - o fordismo - vai se mesclando ou mesmo sendo substituída pelo que o autor denominou de regime de “acumulação flexível”:

*A acumulação flexível é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. (HARVEY, 1993, p.140)*

Essas novas formas produtivas se distinguem das experiências anteriores em alguns aspectos essenciais. Entretanto, adquirem configurações distintas nos diversos setores produtivos e nos diferentes Países, conforme seus níveis de desenvolvimento econômico e sua posição na divisão internacional do trabalho. Em muitos Países periféricos ainda preponderam os métodos de racionalização do trabalho introduzidos sob o padrão taylorista/fordista, como analisa Antunes (1995). O autor caracteriza o fordismo como o modelo que consolidou a indústria e o processo capitalista de trabalho ao longo do século XX, tendo como elementos básicos a produção em massa, a linha de montagem, o produto homogêneo, o trabalho parcelar e fragmentado (tão brilhantemente retratado por Charlie Chaplin em “Tempos Modernos”) e as unidades fabris concentradas e verticalizadas que constituíram o *operário-massa*. Harvey elegeram como data inicial simbólica do fordismo o ano de 1914, quando Henry Ford estabeleceu o dia de trabalho com oito horas e cinco dólares de recompensa na indústria automobilística dos EUA.

Como modalidade produtiva alternativa ao taylorismo/fordismo, o modelo japonês, ou *toyotismo* – em virtude de ter sido implantado originalmente na fábrica da Toyota – tem se espalhado pelo mundo. Antunes (1995) cita quatro fases de implantação do toyotismo como resposta ao contexto de crise econômica no Japão do pós-guerra.

A primeira fase seria a introdução, na indústria automobilística, da experiência vivenciada no setor têxtil, onde o trabalhador operava diversas máquinas ao mesmo tempo. Um segundo momento consistiu na busca do crescimento produtivo sem aumento de pessoal empregado, ou seja, intensificando o processo de trabalho. A terceira etapa foi a importação da técnica dos supermercados norte-americanos de reposição de produtos que originou o *kanban*<sup>1</sup>, produzindo de acordo com a demanda. Um quarto momento foi a expansão do *kanban* para os fornecedores e empresas subcontratadas. Outras características do toyotismo são o desenvolvimento de produtos diferenciados e produzidos em pequena quantidade, além da difusão da prática da terceirização que, segundo Druck (1999), é um elemento “integrante e indispensável” dessa modalidade produtiva.

Desse modo, difundem-se amplamente movimentos de reestruturação produtiva, que articulam profundas transformações tecnológicas, organizacionais e gerenciais. Para a maioria dos trabalhadores, estes movimentos resultam em intensificação do trabalho, baixos níveis de remuneração e instabilidade do emprego.

Com efeito, muitas das estratégias adotadas pelas empresas em busca de uma maior lucratividade passam pelo aumento da precarização das relações de trabalho, com práticas de terceirização e subcontratação do trabalhador. No caso brasileiro há, adicionalmente, o agravante da negligência estatal na fiscalização das condições laborais, o que, por outro lado, estimula ainda mais a informalidade no mercado de trabalho e a exploração capitalista exacerbada.

A predominância do toyotismo, ou do que alguns autores chamam de acumulação flexível, não consiste em melhoria das condições de vida e trabalho para amplos segmentos da população mundial. Diversos estudiosos do mundo do trabalho assinalam um aumento da exploração da força de trabalho com os novos métodos de produção, que permitem a intensificação do trabalho, degradam as condições de saúde e fragmentam os trabalhadores. Como Antunes (1995, p.33-34) aponta quando analisa o toyotismo, permanece nos dias de hoje a alienação do trabalhador em relação à sua atividade, pensada por Marx no século XIX:

<sup>1</sup> Técnica que busca o estoque zero, produzindo o que já se encontra vendido. Normalmente, são utilizadas placas para reposição dos produtos. Faz parte do sistema just-in-time.

*[...] Embora reconheçamos que o estranhamento do trabalho, que decorre do modelo toyotista, tem elementos singulares - dados pela própria diminuição das hierarquias, pela redução do despotismo fabril, pela maior "participação" do trabalhador na concepção do processo produtivo -, é de todo relevante enfatizar que essas singularidades não suprimem o estranhamento da era toyotista. A desidentidade entre indivíduo e gênero humano, constatada por Marx nos Manuscritos, encontra-se presente e até mesmo intensificada em muitos segmentos da classe trabalhadora japonesa [...]. A subsunção do ideário do trabalhador àquele veiculado pelo capital, a sujeição do ser que trabalha ao "espírito" Toyota, à família Toyota, é de muito maior intensidade, é qualitativamente distinta daquela existente na era do fordismo.*

### **A situação brasileira**

No Brasil, de acordo com Tavares (1999), a abertura econômica iniciada com o governo Fernando Collor (1990-1992), assim como o desenvolvimento de uma política de substituição de produção nacional por produção importada geraram um processo de desindustrialização no País, repercutindo destrutivamente sobre o mercado de trabalho e as condições de emprego.

Tais políticas têm consolidado um processo de abertura econômica no Brasil, aprofundando as relações de subordinação e dependência do País em relação ao capital estrangeiro. Mattoso (1999, p.116) analisa as conseqüências da política econômica dos anos 1990, "[...] baseada no tripé da abertura econômica e financeira indiscriminada, na sobrevalorização do real e nos elevados juros [...]", como causadora de "[...] uma profunda desestruturação produtiva e do mercado de trabalho".

Com efeito, ao longo dos anos 1990 foram implementadas medidas de liberalização comercial e financeira que desestruturaram diversos segmentos do sistema produtivo no País. Tal processo ocasionou o fechamento de linhas de produção inteiras, acarretando um desemprego estrutural que se agravaria com a intensificação dos programas neoliberais no Brasil, a partir de 1995, com o governo Fernando Henrique Cardoso.

A política econômica do governo FHC, fundada em uma estabilização monetária que se sustentou na sobrevalorização cambial e em elevadas taxas de juros, agravou esse processo de desestruturação produtiva (TAVARES, 1999).

Cabe destacar a redução das alíquotas de importação como medida governamental de incentivo à entrada de produtos estrangeiros no País, restringindo bastante o mercado interno para o produto nacional. Por outro lado, a sobrevalorização do câmbio, vigente até janeiro de 1999, limitou muito a competitividade internacional do produto brasileiro. Foi essa conjuntura que compeliu muitas empresas nacionais a se reestruturarem com o objetivo de enfrentar a concorrência externa. Essa reestruturação resultou, na maioria das vezes, em enxugamento de força de trabalho, adoção de novos processos de organização produtiva e generalização do processo de terceirização.

As políticas dos anos 1990, portanto, não promoveram o crescimento econômico do Brasil, o que se reflete diretamente no volume de empregos gerados internamente. A baixíssima atividade industrial, consequência da adoção das políticas macroeconômicas governamentais, é uma das principais causas do baixo crescimento do PIB brasileiro. Na década de 1980, amplamente conhecida como a “década perdida” justamente pela estagnação econômica, o Produto Interno Bruto do Brasil teve crescimento médio de 2,8%. Na década de 1990, a situação do Brasil ficou ainda pior. O crescimento do PIB cai para 1,8%<sup>2</sup>.

O crescimento da taxa de desemprego nos anos 1990 foi medido pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), realizada pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE) em convênio com o Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) na região metropolitana de São Paulo. Em 1990, a média anual da taxa de desemprego situava-se em 10,02%; em 2001, o índice saltou para 17,5%. Entretanto, esse índice chegou ao ápice em 1999, quando a média anual foi de 19,28%. Ou seja, quase 20% da população economicamente ativa na região metropolitana São Paulo estava desempregada nesse ano<sup>3</sup>.

<sup>2</sup> Dados originalmente do IBGE. As médias anuais foram calculadas pelo autor da reportagem da *Folha de São Paulo* de 16/05/00, p. A4.

<sup>3</sup> A taxa de desemprego total calculada pelo DIEESE engloba não só o conceito de desemprego aberto, mas também os conceitos de desemprego oculto pelo trabalho precário e oculto pelo desalento. Mais esclarecimentos sobre o assunto, consultar o sítio do DIEESE na internet: <http://www.dieese.org.br/ped/pedxpme.html>

Esse processo de precarização do emprego, além de deteriorar as condições laborais, também enfraquece as ações de resistência dos trabalhadores. É interessante lembrar que o papel do exército industrial de reserva é fundamental na correlação de forças entre a classe trabalhadora e setores patronais, pois, quanto maior o excedente de trabalhadores, maior o poder das empresas para impor condições mais precárias de trabalho. Tal situação gera, assim, uma crescente e generalizada insegurança no emprego do trabalhador. Klagsbrunn (1999) afirma que “[...] longe de constituir uma exceção ou anomalia, o desemprego é parte intrínseca do desenvolvimento capitalista”. E conclui que, “[...] quanto mais trabalhadores estiverem desempregados, concorrendo por um posto de trabalho, mais se deterioram os níveis de salário e as condições de trabalho e emprego”.

A abertura econômica brasileira é facilmente explicitada com os dados do saldo da balança comercial, que são esclarecedores em relação à entrada de produtos estrangeiros no mercado interno. Percebemos que, em 1995, o saldo da balança comercial ficou negativo pela primeira vez na década. Em 1994, houve um superávit de US\$ 872 milhões, que despencou para um déficit de US\$ -256 milhões em 1995, resultado de um crescimento de mais de 50% nas importações brasileiras. Foi nesse ano que a sobrevalorização do real e a postura subserviente do governo brasileiro em relação ao capital internacional aprofundaram a forte crise que atingiu a indústria nacional na década de 1990. Todavia, a partir de 1997, quando o déficit atingiu seu ápice, chegando a quase 700 milhões de dólares, as exportações brasileiras vêm esboçando uma recuperação. Com a desvalorização cambial de janeiro de 1999 o déficit vem caindo de modo ainda mais acentuado: ficou em US\$ 100 milhões em 1999 e em US\$ 54 milhões em 2000<sup>4</sup>.

### **A indústria têxtil**

A indústria têxtil foi um dos setores da economia nacional que mais sofreu com a abertura econômica e a sobrevalorização cambial. Segundo dados do BNDES (s/d), houve uma queda de 53% no nível de emprego na indústria têxtil nacional, entre 1989 e 1994. Os técnicos do BNDES afirmam que a introdução de novas tecnologias foi a maior responsável por esta retração do emprego no período.

<sup>4</sup> Fonte dos dados: Secretaria de Comércio Exterior – Secex.



Entretanto, em que pese o enxugamento de força de trabalho nas grandes empresas do setor devido à adoção de novas tecnologias e inovações organizacionais, o fator essencial do desemprego no setor é o baixo nível de atividade das indústrias, condicionado pela política macroeconômica do País. Além disso, há inúmeras pequenas e médias empresas que não têm acesso às novas tecnologias da mesma forma que as empresas maiores.

Em pesquisa realizada pelo DIEESE em 1996 (1997, p.99), o representante de uma indústria têxtil responsabilizou o contexto macroeconômico do País pelo aumento dos níveis de desemprego no setor. Segundo o entrevistado, cerca de 80% dos postos de trabalho perdidos na sua empresa foram decorrentes desse contexto. À reestruturação produtiva o entrevistado atribuiu cerca de 10% das demissões.

Note-se que a desvalorização do real, ocorrida em janeiro de 1999, coincidiu com uma retomada dos níveis de crescimento da indústria têxtil no Brasil. Aquele foi o primeiro ano de crescimento do setor após muitos anos de queda<sup>5</sup>. Segundo dados da Associação Brasileira da Indústria Têxtil (ABIT), as indústrias têxteis nacionais abriram 40 mil novas vagas e cresceram 5% em relação a 1998.

A abertura econômica e a sobrevalorização do real trouxeram dificuldades para a indústria nacional, que perdeu em competitividade nas exportações e no mercado interno com a entrada crescente de produtos importados, principalmente dos chamados “Tigres Asiáticos”<sup>6</sup>. Em contrapartida, aumentaram as possibilidades de importação de equipamentos. Como a quase totalidade das máquinas é produzida fora do País, a sobrevalorização do real constituiu-se em oportunidade de modernização do parque de bens de capital têxtil. As importações de máquinas têxteis quase duplicaram de 1990 para 1995, caindo em 1998, mas ainda mantendo-se bem acima dos valores de 1990<sup>7</sup>.

<sup>5</sup> Ver *Gazeta Mercantil* de 17/12/1999.

<sup>6</sup> BNDES, dez/1994. Exemplificando, uma camiseta de algodão branca produzida na China chega a qualquer lugar do mundo a US\$ 1,00. Por outro lado, as melhores empresas nacionais não conseguem colocar no mercado interno o mesmo produto por menos de US\$ 1,30 (sem ICMS).

<sup>7</sup> A Alemanha é tradicional produtora de teares circulares; o Japão, de teares retilíneos e de máquinas de bordar; a Áustria produz máquinas para estampa, com a moldura rotativa em até 12 cores; e a Suíça produz as de lavar, secar e compactar a malha.

A evolução da balança comercial têxtil indica claramente o que foi uma tendência generalizada na economia brasileira, com a abertura comercial. Era superavitária até 1995, quando, então, atingiu um déficit comercial de US\$ -846 milhões. Este déficit alcançou a cifra de US\$ -1,1 bi em 1997. A partir de 1998 esboçou-se uma recuperação: o saldo, ainda deficitário, subiu para US\$ -780 milhões. Em 2001, o saldo finalmente ficou positivo em US\$ 74 mil. A meta para o setor, de acordo com a Associação Brasileira da Indústria Têxtil, era zerar o saldo da balança comercial em 2000 e, até 2005, alcançar um superávit US\$ 3 bilhões. A estratégia para alcançar este valor estaria em reduzir as importações dos atuais US\$ 1,4 bilhões para US\$ 1 bilhão e, além disso, em aumentar as exportações do patamar de US\$ 1 bilhão até atingir o valor de US\$ 4,3 bilhões.

Na balança comercial têxtil, além dos produtos manufaturados, temos um insumo de fundamental importância incluído: o algodão. Este é considerado o principal insumo da indústria têxtil nacional que, principalmente em Santa Catarina, é baseada em produtos de cama, mesa e banho (Teka, Artex, Döhler, Karsten e Buettner), e vestuário de produtos de malha (Hering, Marisol, Malwee e Sulfabril). Ou seja, todos esses produtos têm como matéria-prima básica o algodão (BNDES, 1997 e 1988). No Brasil, cerca de 75% da produção têxtil é realizada tendo como matéria-prima a fibra de algodão<sup>8</sup>.

O grande crescimento das importações de produtos têxteis, portanto, também está ligado à importação do algodão, como insumo fundamental do processo de produção têxtil. Além de a produção nacional não ser suficiente à demanda interna, o algodão importado, segundo as fontes empresariais, tem melhor qualidade e prazos de pagamento bem mais elásticos que o nacional (as empresas têm cerca de um ano para pagar os produtores internacionais).

No Estado de Santa Catarina a relevância da indústria têxtil na dinâmica econômica, em termos de produção e geração de empregos, é inequívoca. Abarcando um total de 4.625 empresas no Estado, o setor emprega 109.339 trabalhadores. Esse número corresponde a aproximadamente 28% do total da força de trabalho vinculada à indústria e 10% do total geral do Estado (RAIS, 2001).

<sup>8</sup> Gazeta Mercantil, *Relatório indústria têxtil*, 08/06/2000.

Nacionalmente as empresas de Santa Catarina também têm relevância: a Teka ficou em 363º lugar, e a Hering, em 385º no ranking nacional da Revista Exame, *Melhores e Maiores 2002*. Especialmente nos subsetores de cama, mesa e banho, e artigos de vestuário Santa Catarina se destaca.

No setor de cama, mesa e banho as maiores empresas, de acordo com o faturamento em 2001, foram a Teka (R\$ 394 mi), a Karsten (R\$ 188 mi), a Döhler (R\$ 162 mi), a Buettner (R\$ 129 mi), a Altenburg (R\$ 70 mi) e a Lepper (R\$ 54) (GAZETA MERCANTIL, *Balanço Anual 2002*). Todas elas com sede em Santa Catarina, sendo a Teka e a Karsten de Blumenau, a Döhler, de Joinville, e, finalmente, a Buettner de Brusque.

Em relação aos artigos de vestuário, as duas maiores empresas também são catarinenses: Hering, que faturou em 2001 R\$ 338 milhões, e Marisol, com R\$ 218 milhões (idem). A primeira com sede em Blumenau, e a segunda, em Jaraguá do Sul. Contudo, é importante lembrar que a Malwee, outra grande empresa de Jaraguá do Sul, tem capital fechado e, portanto, não entra na listagem da revista, mas provavelmente ficaria em terceiro ou quarto lugar.

O complexo produtivo da cadeia têxtil envolve o beneficiamento de fibras, a fiação, a tecelagem e a malharia, o acabamento de fios e tecidos, e a confecção. Cada etapa tem como resultado o principal insumo da etapa seguinte. Portanto, o setor têxtil tem sua base na pecuária (produção de lã) e na agricultura (produção de fibras naturais como algodão, linho e juta), estando interligado também com a fabricação de fibras, e produtos químicos (corantes, amaciantes, botões plásticos, embalagens) e metalúrgicos (zíperes, alfinetes, botões de metal) e, finalmente, com a indústria de bens de capital.

A costura é a última fase do processo produtivo têxtil e se constitui na atividade menos automatizada deste processo. Ainda é muito intensivo o uso de força de trabalho nesse setor. Com efeito, na costura, diferentemente de outros setores da indústria têxtil, é menor o uso de tecnologia substituta de trabalho humano.

Em Santa Catarina o crescimento do número de empresas têxteis de 2.841, no início da década de 1990, para 5.740 em 2001 (RAIS, 1990 e 2001) pode parecer paradoxal quando se fala, tão exaustivamente, da crise sofrida pelo setor no período estudado.

Contudo, deve-se destacar que esse crescimento ocorreu entre as empresas com até 99 empregados, ou seja, micro e pequenas. As grandes e médias empresas do setor fecharam suas portas ou enxugaram drasticamente seus quadros de força de trabalho. Desse modo, em relação ao porte das empresas, podemos observar que houve um encolhimento delas, quando se considera o número de trabalhadores empregados. Sem dúvida, as políticas econômicas dos governos brasileiros dos anos 1990, que desestruturaram diversos segmentos produtivos do País, concorreram de modo efetivo para essa situação.

As empresas têxteis com maior poderio econômico mantiveram-se no mercado à custa de intensa reestruturação produtiva. O uso de tecnologia para aumentar a produtividade do trabalho, as novas formas de organização da produção e a introdução massiva da terceirização para reduzir os custos do trabalho resultaram em forte aumento dos níveis de desemprego e subemprego no setor têxtil. Nesse quadro o crescimento explosivo de micro e pequenas empresas têxteis na década de 1990 pode ser pensado como consequência da expulsão de enorme contingente de trabalhadores do mercado formal de trabalho e das tentativas desses trabalhadores de reinserção no mercado, agora na condição de autônomos.

Esse contexto fica muito concreto quando se observa o exemplo da Hering, que empregava cerca de doze mil trabalhadores no início da década e hoje conta com aproximadamente quatro mil. Nessa empresa a terceirização atingiu gigantescas proporções. Isto se deve ao fato de suas estratégias competitivas estarem mais diretamente ligadas à valorização das marcas da indústria e do varejo dos produtos. Portanto, a Hering atualmente está muito mais próxima do consumidor do que da linha de produção.

Os indicadores econômico-financeiros de algumas das principais empresas do setor<sup>9</sup>, que se deterioraram significativamente na década de 1990, confirmam o quadro de crise pelo qual o setor passou. Houve expressiva queda do faturamento líquido, e o endividamento cresceu muito entre as empresas selecionadas. Essas empresas tinham uma taxa de endividamento média de 45% em 1990. Em 1998, esse número atinge 100%, caindo em 1999 para 63%. O caso extremo, em 2001, é a Buettner,

<sup>9</sup> Hering, Döhler, Sulfabril, Teka, Artex e Marisol.

com uma taxa de endividamento de 6.714%. A segunda empresa mais endividada é a Hering, com 663% de taxa de endividamento, e a terceira, a Teka, com 569%. O crescimento real da receita líquida dessas empresas também sofreu uma queda ao longo da década de 1990, recuperando-se a partir de 1999. A média de 1990 foi de 28%, em 1995 foi de -8% e, em 1999, de 5%.

Assim, a partir de 1999, observa-se um movimento de recuperação econômica do setor têxtil. No que se refere às empresas catarinenses, a desvalorização cambial de janeiro de 1999 reduziu a entrada dos produtos importados, proporcionando novo ânimo à indústria. Em 1998 as importações de produtos têxteis de Santa Catarina alcançaram a soma de US\$ 201,1 milhões, valor que caiu para US\$ 78 milhões em 2001. As exportações catarinenses de produtos têxteis, todavia, apresentaram crescimento, ainda que menos acentuado, de US\$ 267,6 milhões em 1998, para US\$ 284 milhões em 2001. O saldo da balança comercial têxtil de SC, ainda que positivo, foi somente de US\$ 66 milhões em 1998, e em 2001 subiu para US\$ 206 milhões<sup>10</sup>.

Recentemente, verifica-se no setor têxtil catarinense a adoção de uma estratégia de valorização de marcas, inovações crescentes na gama de produtos ofertados e ocupação de nichos de mercado específicos, além de uma focalização da produção. Grandes empresas que tinham unidades produtivas em atividades paralelas adotaram como estratégia a venda destas unidades, com o objetivo de direcionar suas atividades produtivas somente para a área têxtil. São os casos da Hering e da Teka. A primeira controlava a Ceval, a maior empresa de Santa Catarina em termos de faturamento e que está ligada à produção de derivados de soja, vendida para o Grupo Bunge, de capital internacional. A Teka tinha uma unidade de esmagamento de soja, que também foi vendida.

Algumas das maiores empresas do setor são centenárias: a Hering foi fundada em 1880, a Karsten, em 1882, a Tecido Carlos Renaux, em 1892, e a Buettner, em 1898. Assim, a estratégia de verticalizar a produção foi muito utilizada devido à dificuldade na obtenção do fio de algodão, muito grande no fim do século XIX e início do XX. Tornava-se imperioso, portanto, para o crescimento da empresa que fosse instalada uma fiação própria (HERING, 1987).

<sup>10</sup> Dados do Sindicato das Indústrias de Fiação, Tecelagem e do Vestuário de Blumenau - SINTEX.

Atualmente, há um redirecionamento de estratégias mercadológicas. Na Hering, por exemplo, não há mais *fiação* em seu parque de máquinas e existe uma maior valorização do comércio de suas marcas. A valorização das marcas, a busca de nichos de mercado específicos e o investimento em produtos de maior valor agregado, em tendências de moda, adquirem grande importância nessas estratégias. Atualmente, a Hering conta com 96 franquias da Hering Store, 44 unidades da marca *dzarm*<sup>11</sup> e 11 lojas da PUC – ambas as marcas de propriedade da Hering. Isto totaliza 151 lojas da empresa no Brasil. Além disso, há mais 57 lojas espalhadas pela América Latina. Ou seja, a Hering tem seus produtos expostos em 208 lojas exclusivas.

No caso do vestuário de malha há, por parte das grandes empresas, uma crescente diversificação de marcas voltadas para os públicos infantil, jovem, adulto, masculino e feminino. Em relação aos produtos felpudos e aos de cama e mesa, o desenvolvimento de novos tecidos e estampas, além do investimento em qualidades específicas que diferenciem o produto dos demais oferecidos ao consumidor, têm se destacado como estratégias importantes.

Em ambos os ramos busca-se, cada vez mais, agregar valor ao produto em oferta no mercado consumidor. Outra estratégia amplamente utilizada na indústria têxtil catarinense é o estabelecimento de licenças que permitem o uso de nomes ou personagens famosos nas estampas de seus produtos.

Além dos produtos fabricados com as marcas licenciadas, há as marcas de cada empresa para ocupar nichos de mercado específicos. A Malwee tem produtos para crianças, jovens e adultos utilizando somente a *marca* do nome da empresa. Já a Marisol tem uma *marca* específica para o público feminino infantil – a Lilica Ripilica –, para o público masculino infantil – a Tigor T. Tigre –, a Criativa, direcionada ao mercado feminino adulto, mais recentemente, a Mineral, de moda adulta informal, além do próprio nome Marisol. A Hering, além de seu nome, tem a *dzarm* (segmento jovem), a Public Image (*surfwear*), a PUC (infantil), a Omino (moda adulta básica), a Mafisa (moda adulta mais elegante) e a Hering Magic, que é a *marca* dos licenciados.

O ramo do vestuário de malha está muito voltado ao mercado interno, enquanto o setor de cama, mesa e banho apresenta-se mais inserido no mercado externo. Observe-se que as empresas com percentuais mais altos de exportação em relação às vendas totais são as do segundo tipo.

<sup>11</sup> O nome da *marca* *dzarm* escreve-se todo em minúsculas.

A Karsten exporta mais da metade do que vende, a Teka, a Buettner e a Döhler exportam cerca de um terço de suas vendas totais. Por outro lado, a Hering e a Marisol estão predominantemente voltadas ao mercado interno, e seus percentuais de exportação não são tão significativos em relação às suas vendas totais. A Hering exporta cerca de 18% de sua produção, e a Marisol, nem 4%. Com a retomada das exportações a partir da desvalorização do real em janeiro de 1999, todas essas empresas obtiveram um incremento nas exportações. A Teka aumentou suas exportações de 19% do faturamento em 1997 para 32% em 2001. A Hering saltou de 10% para 18%, quase duplicando suas taxas de exportação<sup>12</sup>.

Os produtos têxteis catarinenses mais exportados são os de banhos, atalhados, as camisetas de algodão e as roupas de mesa de algodão. Devem-se destacar as importações de algodão e de fios sintéticos pelas indústrias têxteis catarinenses como dois dos principais produtos importados pelo Estado.

A produção de algodão nacional não supre a demanda interna, logo a indústria têxtil catarinense se vê obrigada a importar grande parte de seus insumos produtivos. Todavia, esse cenário tende a se alterar em longo prazo, já que a produção de algodão nacional está sendo retomada, principalmente na região Centro-Oeste.

Ulrich Kuhn, diretor da Hering e presidente do Sintex (Sindicato das Indústrias de Fiação, Tecelagem e do Vestuário de Blumenau), em entrevista ao jornal *Gazeta Mercantil*,<sup>13</sup> afirma que a abertura econômica teve um significado paradoxal para o setor têxtil. Segundo ele:

*O lado positivo foi perverso e duro. Ele expôs a indústria nacional a uma concorrência externa desigual. Isso, aliado ao processo cambial, provocou um choque muito forte. Mas gerou o aprimoramento da indústria brasileira. [...] Forçou (a modernização). Temos um custo financeiro de remuneração de capital para modernização tecnológica dos mais altos do mundo. [...] É uma concorrência desigual. Lutamos com armas diferentes para sermos competitivos em relação a outros parceiros do mundo.*

<sup>12</sup> Fonte: relatórios contábeis coletados na Comissão de Valores Mobiliários.

<sup>13</sup> *Gazeta Mercantil*, 22/05/2000, Cad. Santa Catarina, p. 5.

O quadro recente da reestruturação produtiva nas grandes empresas de fiação e tecelagem de Santa Catarina marca-se pela introdução generalizada de novas tecnologias e por drásticas alterações no processo e na organização do sistema produtivo. Baseadas em intensa inovação tecnológica de maquinário e de gestão, a reestruturação introduz formas de flexibilização do trabalho que reduzem custos operacionais e aumentam o lucro das empresas.

Simultaneamente à mudança tecnológica, novos padrões organizacionais e gerenciais vão sendo experimentados nos locais de trabalho. Surgem os programas de Qualidade Total e o sistema *Just-in-Time*<sup>14</sup>. Os Círculos de Controle de Qualidade já fazem parte do cotidiano do trabalhador têxtil catarinense desde a década de 1980. Todas essas inovações visam a um incremento na produtividade do trabalho, com a redução do “tempo morto” no processo produtivo e a busca da adesão do trabalhador à ideologia empresarial. Com efeito, as atuais políticas de gestão e de controle do trabalho tentam mobilizar o trabalhador a aderir integralmente aos objetivos de lucratividade das empresas. O trabalhador deverá assimilar e praticar o discurso empresarial de “competitividade”, “eficácia” e “qualidade” na sua atividade cotidiana. (AUBERT ET GAULEJAC, 1991; FRIGOTTO, 1996).

A reorganização espacial das fábricas e a implantação de células de produção<sup>15</sup>, principalmente no setor de costura, têm se consolidado como mais um elemento do complexo processo de reestruturação produtiva no setor têxtil. Esse novo modo de organizar o trabalho gera um ambiente de competição entre as trabalhadoras (no setor de costura as mulheres são maioria esmagadora), no qual cada uma se encarrega de cobrar o trabalho da colega buscando uma maior qualidade, rapidez e produtividade.

Segundo o depoimento de um trabalhador (DIEESE, 1997, p.98):

<sup>14</sup> “Sistema de organização da produção orientado para fabricar determinado produto apenas na quantidade e no momento exatos. A produção é puxada por vendas e, internamente, o mesmo ocorre com os processos finais ‘pedindo’ componentes para os processos anteriores” (DIEESE, 1993).

<sup>15</sup> As células de produção, ou “minifábricas”, são uma forma de organizar a produção que consiste em montar grupos de trabalhadores que ficam responsáveis por uma determinada parte do processo. No caso do setor de costura, as células são implantadas de modo que o produto saia pronto de cada uma delas. O trabalho é parcelar, cada costureira fica responsável por uma tarefa específica.



*[...] Em outro setor, a máquina está trabalhando e o operador está olhando. Se ele sai, outro dá uma olhadinha, a máquina funciona sozinha. [...] Daí se começa a flexibilizar o horário da refeição e fazer revezamento de grupos de trabalhadores para vigiar as máquinas. A costureira não, ela tem que estar ali presente. Saiu da máquina, a máquina dela pára. Por isso que é forte a cobrança dentro do grupo. Porque pelo fato do corpo dela não estar ali, presente no local, a máquina dela está parada.*

Os ritmos pessoais de trabalho não são respeitados e as operárias são obrigadas a nivelarem-se pelas mais rápidas, na busca por atingir as metas de produtividade impostas. O principal elemento motivador da organização do trabalho em células pode ser considerado a falta de tecnologia para enxugar a força de trabalho do setor. Como consequência, as indústrias, implantando o sistema de células de produção, adotam uma estratégia de maximizar a produtividade das trabalhadoras.

Os métodos flexíveis de contratação da força de trabalho, com a disseminação dos processos de terceirização, são também elementos importantes da reestruturação produtiva nas fábricas têxteis. Tais processos são observados nas grandes tecelagens de Blumenau, onde se incentiva a implantação de pequenas e microempresas por seus ex-funcionários. O sistema de trabalho em domicílio, que objetiva um menor custo do trabalho por parte da empresa, também é bastante utilizado. Devido a estas novas técnicas de contratação, há uma grande generalização da condição de informalidade e de precarização das relações de trabalho na indústria têxtil.

Apesar das alegações patronais de que os sistemas flexíveis de contratação permitem um aumento dos níveis de emprego, tem crescido o desemprego no setor. Segundo Osmar Zimmermann, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis de Blumenau:

*Em abril de 94 nós tínhamos 32.200 trabalhadores na categoria; em 31 de dezembro de 97 havia 20.076 trabalhadores. Foram fechados doze mil postos de trabalho em menos de quatro anos.*

*Os empresários alegam que, ou a gente faz alguma coisa para que eles possam manter a produção aqui na região, ou eles acabam transferindo para outras unidades no País [...].<sup>16</sup>*

A costura é o setor mais intensivo em força de trabalho do setor têxtil. Portanto, à luz das estratégias de contenção de custos das grandes empresas, é também a área mais terceirizada na linha de produção da indústria têxtil catarinense. É muito comum a constituição de empresas (micro, pequenas e médias) que prestam serviços para as grandes deste setor. É o que se chama de “facção” em Santa Catarina.

De acordo com uma representante do setor de recursos humanos de uma empresa visitada:

*Ela (a empresa) enxugou há mais ou menos seis, sete anos atrás. Teve uma reestruturação e ela terceirizou muito. Então, a empresa enxugou porque colocou boa parte do trabalho fora. Nós temos inúmeras facções que prestam serviços para a gente. Hoje, se pode dizer que a gente deve ter fora o mesmo número (de trabalhadores) que a gente tinha. Juntando o que tem fora com o que tem aqui dentro, temos o mesmo número (de trabalhadores) que tínhamos antes.<sup>17</sup>*

A terceirização, como regra geral – e o setor têxtil não é exceção –, reduz postos de trabalho. Isto foi bem demonstrado em pesquisas anteriores (DIEESE, 1993 e 1997). Além disso, ela tem significado grave precarização do trabalho. As costureiras que trabalham por facção têm jornadas maiores, não têm nenhum tipo de proteção laboral, recebem salários inferiores aos das trabalhadoras contratadas formalmente, entre outros problemas.

Todas essas transformações acarretam mudanças expressivas nas condições de trabalho. Uma brutal redução de tempo no processo produtivo tem incrementado sobremaneira a produtividade do trabalho.

<sup>16</sup> Entrevista realizada em 11/03/1999 pela autora. Os dados citados pelo entrevistado referem-se à base do Sindicato: Blumenau e região.

<sup>17</sup> Entrevista realizada em 18/03/1999 pela autora.

Além disso, houve um aumento do número de máquinas controladas por cada trabalhador, ocasionando uma aguda intensificação do ritmo de trabalho. Ressalte-se, ainda, a pressão cotidiana por metas de produtividade, numa conjuntura de insegurança generalizada, diante da constante ameaça da perda do emprego. Sob o contexto nacional de altos índices de desemprego, observa-se ainda o surgimento de novas exigências de qualificação do trabalhador por parte da empresa (CORDER, 1994).

Com efeito, é unanimidade entre os representantes empresariais a importância do aumento dos níveis de escolaridade do trabalhador. A idéia básica que permeia as novas exigências de qualificação no trabalho é a de “educar para a competitividade”. Há, entretanto, distinções importantes em termos de política de incentivos. Enquanto uma grande empresa reembolsa 50% dos custos de cursos (superior, mestrado, idiomas, informática), outras empresas, também grandes, somente pressionam seus trabalhadores sem que estes tenham possibilidades financeiras mais concretas para procurar os cursos.

Ainda em relação à qualificação dos trabalhadores, ocorreu no início de 2000 uma situação pouco usual. Com o movimento de recuperação do setor têxtil, já a partir de 1999, as indústrias passaram a encontrar dificuldades em recrutar força de trabalho qualificada. A rapidez das inovações tecnológicas e o fato de o setor haver passado por um período relativamente longo de desaquecimento ocasionaram a formação de uma massa de desempregados têxteis que não teve acesso aos treinamentos com as novas máquinas.

Às novas e difíceis condições de trabalho somam-se as jornadas laborais extenuantes a que estão submetidos os trabalhadores. Têm surgido na indústria têxtil<sup>18</sup>, como em praticamente todos os setores da economia brasileira, acordos de “banco de horas”, através dos quais a jornada diária vai sendo determinada pela empresa, conforme a demanda de trabalho. Note-se que a implantação do banco de horas gera, em muitos casos, turnos aos domingos, no caso de Blumenau. Isto porque a maioria das grandes empresas do setor têxtil tem produção contínua, ininterrupta. Portanto, em diversas ocasiões, o trabalhador fica desprovido do seu descanso semanal, o que prejudica sua vida social e suas condições de saúde.

<sup>18</sup> No contrato coletivo entre a STI Fiação e Tecelagem Blumenau e o Sindicato das Indústrias de Fiação, Tecelagem e Vestuário de Blumenau.

Entre os trabalhadores têxteis de Blumenau o sistema de banco de horas foi implantado em praticamente todas as empresas, desde 1998. O impacto desse novo mecanismo da acumulação flexível de capital nas condições de vida e trabalho é assim descrito por um operário de uma empresa visitada:

*[...] Dentro da empresa a revolta é geral, porque chega o fim de semana e está lá, você preso. Você é um prisioneiro do seu trabalho. Trabalha a semana inteira no mesmo trabalho, chega no final de semana e enfrenta mais dois dias. Lá na frente não nos traz resultado nenhum. Porque, se você trabalha em banco de horas, você não tem retorno financeiro. E quem trabalha vende a sua força bruta, é a força do trabalho a troca de salário. Essa é a desvantagem do banco de horas: você dá o seu trabalho, vende seu serviço a troca de uma folga, quando possível, a critério da empresa.<sup>19</sup>*

As transformações que se desencadeiam na indústria têxtil catarinense constituem um cenário econômico, político e social no qual predominam os princípios neoliberais de desenvolvimento capitalista e se expandem os movimentos globais do capital. Nesta conjuntura extremamente favorável à acumulação da riqueza privada muitos trabalhadores enfrentam cotidianamente a pressão por produtividade, a sobrecarga de tarefas e jornadas extenuantes ou têm suas condições de vida precarizadas pelo desemprego e pelo subemprego.

Os sindicatos de trabalhadores não têm negociado alguns pontos cruciais da reestruturação das indústrias. Nos três casos estudados os acordos assinados pelos Sindicatos dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Brusque, de Blumenau e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário de Jaraguá do Sul com os respectivos sindicatos patronais de 1988 a 2000 não contêm nenhuma cláusula sobre implantação de novas tecnologias, por exemplo. Seleccionamos as cláusulas sobre emprego, tecnologia, formação e treinamento e organização do trabalho.

\*\*\*\*\*

<sup>19</sup> Entrevista realizada em 11/03/1999 pela autora.

O setor têxtil nacional, em que pese a grande heterogeneidade das empresas que o constituem, vem passando por intensa transformação na última década. Inovações organizacionais como a organização do trabalho em células de produção, a implantação de círculos de controle de qualidade e a terceirização de atividades diretamente ligadas à produção estão sendo largamente utilizadas. Adicionalmente, as novas tecnologias de maquinário imprimem um novo ritmo ao trabalho, fazendo com que o trabalhador opere mais máquinas ao mesmo tempo e mais rapidamente. Todas essas inovações adotadas nas empresas têm um único objetivo: aumentar a produtividade do trabalho buscando um incremento da competitividade de seus produtos nos mercados interno e externo.

Por outro lado, com as grandes indústrias como Hering, Marisol, Tekka, Karsten e Artex coexistem centenas de pequenas empresas que não têm acesso às inovações tecnológicas de forma semelhante, nem implantam mudanças organizacionais com o mesmo ímpeto.

Todavia, seria incorreto minimizar o impacto da reestruturação produtiva no conjunto do setor. O aumento verificado, recentemente, na quantidade de micro e pequenas empresas, por exemplo, é resultado direto desse processo, já que é a principal consequência do forte enxugamento de força de trabalho e da terceirização adotados por praticamente todas as grandes empresas do setor. A intensificação do trabalho e a crescente instabilidade e precariedade do emprego são consequências dessas mudanças. Perguntado sobre a segurança no emprego de quem está na empresa atualmente, um dos trabalhadores entrevistados é claro:

*Hoje, quem tem emprego, amanhã não tem. Fica aquele pé em falso, porque antigamente você tinha emprego. Há dez anos atrás, você era um funcionário, e, se a empresa estava produzindo bastante, a tendência dela não era reduzir nada, deixar funcionar, trabalhar à vontade. Agora, hoje não. Qualquer crise que dá, já dá aquela balançada. Hoje, é redução de quadros. O que ela pensa hoje em dia: "o mercado está baixo, como tem bastante mão-de-obra fora, eu vou mandar esse funcionário embora, daqui há dois, três meses estou contratando um novo."<sup>20</sup>*

<sup>20</sup> Entrevista realizada em 18/04/2000 pela autora.

Importa assinalar que a indústria têxtil de Santa Catarina tem um papel de relevo no cenário nacional, sediando as maiores empresas do setor, que continua sendo forte empregador, apesar de se observar um crescente declínio dos postos de trabalho desde o início da década que, todavia, foi parcialmente barrado em 1999 devido à nova conjuntura econômica. Verifica-se também uma deterioração dos indicadores financeiros das empresas, e algumas delas se encontram numa situação precária.

Nossa análise apresenta algumas tendências atuais na indústria têxtil catarinense e no perfil do trabalhador deste setor. Verificamos que estão sendo prioritariamente selecionados os trabalhadores mais escolarizados. Por outro lado, a queda nos postos de trabalho foi, a princípio, minimizada com a desvalorização do real e a mudança de conjuntura econômica. Verificaram-se, a partir do início de 1999, novas contratações em praticamente todas as grandes indústrias. Nesse ano foram gerados quase cinco mil postos de trabalho formais, de acordo com dados da RAIS. Tal fato é revelador de que o desemprego causado pelas políticas macroeconômicas do País é mais relevante que o desemprego oriundo de inovações tecnológicas ou organizacionais.

O crescimento da produção industrial, verificado a partir de 1999, foi fato fundamental na abertura desses novos postos de trabalho. Todavia, verifica-se que a queda no emprego formal é reflexo das estratégias empresariais na busca por maiores taxas de lucro no contexto de consolidação dos programas e reformas de cunho neoliberal, na década de 1990.

### Referências bibliográficas

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E. e GENTILI, P. (Orgs.), *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

AUBERT, N. et GAULEJAC, V. *Le coût de l'excellence*. Paris: Éditions du Seuil, 1991.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES. *Investimentos necessários para a modernização do setor têxtil, s/d.*

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES. *Malharias*, dezembro/1994.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES. *Complexo têxtil brasileiro*, 1997.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES. Relato Setorial nº 8. *O setor de cama, mesa e banho no Brasil*, 1998.

CHOSSUDOVSKY, M. A Globalização da Pobreza. In: *Princípios* – revista teórica, política e de informação, nº 38. São Paulo: Anita, 1995.

CORDER, S. *Indústria têxtil: inovações tecnológicas e impactos sobre as qualificações dos trabalhadores*. Dissertação (Mestrado em Geografia). 1994. Unicamp. Campinas.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS – DIEESE. *Os trabalhadores frente à terceirização*. Pesquisa Dieese nº 7. São Paulo, 1993.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS – DIEESE. Estudo regional nº 2. *Reestruturação produtiva na indústria de Santa Catarina*. Florianópolis, 1997.

DRUCK, M. *Terceirização: (des)fordizando a fábrica*. São Paulo: Boitempo, 1999.

FRIGOTTO, G. Educação e formação humana: ajuste neoconservador e alternativa democrática. In: GENTILI, P. e SILVA, T. (Orgs.), *Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas*, 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.

HERING, M. L. R. *Colonização e industrialização no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento*. Blumenau: Editora da FURB, 1987.

KLAGSBRUNN, V. H. Inserção internacional e emprego: uma perspectiva histórica. In: CD-ROM XIII Congresso Brasileiro de Economistas. Rio de Janeiro, 13 a 17 de setembro de 1999.

MATTOSO, J. Produção e emprego: renascer das cinzas. In: LESBAUPIN, I. *O desmonte da nação: balanço do governo FHC*. Petrópolis: Vozes, 1999.

RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS – RAIS, Ministério do Trabalho, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000 e 2001.

TAVARES, M. C. *Destruição não criadora: memórias de um mandato popular contra a recessão, o desemprego e a globalização subordinada*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

*Endereço para correspondências:*

Isabella Jinkings  
Rua Cte. Oscar Romaguera, 240, 88030-480, Florianópolis-SC.

*(Recebido em setembro de 2002 e aceito para  
publicação em outubro de 2003)*